

## REGIÃO

# “PSP recebe 0€ das multas”

ORLANDO DRUMOND  
odrumond@dnoticias.pt

Porque o dinheiro das multas passadas pela PSP é receita da Região e não da respectiva força de segurança, o Governo Regional ‘compensa’ o Comando Regional da PSP Madeira com a entrega de equipamento no valor de 30% das receitas anuais provenientes das coimas por contra-ordenações ao Código de Estrada que são cobradas na Região.

Para o efeito foi celebrado um protocolo entre o Governo Regional e a PSP, em 2006, renovado em 2019, que define as condições de financiamento de despesas de investimento na PSP a realizar no território regional. Ao abrigo deste protocolo, que Miguel Albuquerque classifica de “consignação”, ontem foram formalmente entregues à PSP novos equipamentos, desta feita informáticos (20 computadores portáteis, 50 computadores de secretária e 50 monitores), cujo valor total ascende a 78 mil euros.

Oportunidade para o comandante da PSP na Madeira, superintendente Luís Simões, voltar a criticar e acusar a imprensa de mentir em relação ao dinheiro das multas.

“A comunicação social volta e meia volta a repetir a mesma mentira como se a mentira passasse a ser verdade: a PSP recebe zero euros das multas. As multas cobradas na Região são receita da Região”, afirmou num tom mais incisivo.

Esclarece que a PSP apenas usufrui de uma percentagem dessa receita, através dos equipamentos ‘oferecidos’ pelo Governo Regional, que no total já somam quase 1,5 milhões de euros em “investimento nas condições operacionais da polícia”.

A margem da cerimónia, o superintendente Luís Simões prometeu continuar a trabalhar, respondendo assim a quem critica a PSP pelo alegado crescente sentimento de insegurança nas ruas do Funchal.

“A nossa reacção é trabalhar” foi a resposta pronta do comandante, que contrapôs com dados que indicam que o trabalho da polícia está a ser produtivo.



O presidente do Governo Regional presidiu à cerimónia de entrega de novo equipamento informático à PSP.



**30% DAS RECEITAS ANUAIS DAS MULTAS SÃO INVESTIDOS EM EQUIPAMENTOS A ENTREGAR À PSP**

## FALSA SENSACÃO

■ O presidente do Governo Regional mantém a convicção que não há insegurança na Madeira, nem sequer no Funchal.

Para Miguel Albuquerque, é o crescente número de sem-abrigo e de casos relacionados com o ‘bloom’ que dão a falsa sensação de insegurança.

Em causa “a diminuição de crimes contra as pessoas e contra o património” registada em 2022 comparativamente a 2019. Noutra perspetiva, destaca a crescente proactividade da PSP, ao desvendar que “os números de detenções [no ano de 2022] por crimes rodoviários, crimes de tráfico de estupefacientes, e crimes de violência doméstica, vão aumentar bastante”, antecipa. “Mas isso é bom”, apressou-se a concluir, referindo-se à iniciativa de acção da polícia. “É sinal que estamos mais proactivos e a exercer o nosso trabalho”.

Motivo para Luís Simões assegurar que a PSP vai “continuar a trabalhar todos os dias”.

Sem resposta, para já, fica a possível entrada da GNR nas acções de

patrulhamento da cidade, competência (ainda) sob a jurisdição da PSP. “Não comento” foi a resposta do comandante da PSP Madeira.

Relativamente à entrega de novos equipamentos informáticos na sequência de protocolo firmado entre a Polícia e o Executivo madeirense, Luís Simões agradece o importante “reforço da capacidade operacional do ponto de vista logístico”, que a juntar a outros equipamentos entregues noutras ocasiões, são “reforços importantes para mantermos uma boa capacidade operacional”, concluindo mesmo que a PSP na Região tem estado “a um nível bastante bom”.

Diz mesmo que “em muitas matérias o Comando Regional [da Madeira] é visto como um exemplo para outros comandos do continente”.

segurança que muitos ‘apregoam’. Na sua opinião essa falta sensação tem sido motivada pelas “situações degradantes de pessoas na rua”, embora considere que tal realidade não configura “violência, furtos e roubos”, estas sim, práticas que configuram insegurança.

## GR DISPOSTO A ADIANTAR A CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DAS ESQUADRAS PRECÁRIAS DA PSP

■ Para o presidente do Governo Regional, além da “obrigação e imperativo” que justifica o financiamento de despesas de investimento, este apoio dado à PSP é também forma de “reconhecer, apoiar e incentivar a acção da PSP”.

Miguel Albuquerque, que já foi advogado da PSP, reconhece a difícil função da força de segurança, mas sobretudo

do “o papel empenhado e competente” dos seus agentes. Considera importante o apoio dado em equipamento que diz ser necessário “para o bom desempenho das funções da PSP”, ou não fosse esta “uma instituição muito prestigiada e reconhecida”.

Para Albuquerque a PSP “tem desempenhado o seu papel com grande sentido de serviço”, embora lamenta que para muitos seja “fácil

criticar a polícia”. Ainda assim lembra que “só sentimos a falta quando desaparece. É como a água na torneira”, comparou. Aproveitou a ocasião para revelar que ainda esta semana irá enviar carta ao Ministério da Administração Interna (MAI), endereçada ao ministro José Luís Carneiro, a “reiterar a disponibilidade, que já foi manifestada pessoalmente, do Governo Regional colaborar na construção e na

adaptação das esquadras” em estado precário. Algumas mesmo em “estado anacrónico”, apontando os exemplos das esquadras da Calheta, Santa Cruz e Porto Santo. A colaboração proposta, a ser assumida no imediato pelo Governo Regional, tem por objectivo resolver “o mais rapidamente possível” as situações de maior precariedade, na condição de “depois sermos compensados pelo Estado Central”, esclareceu.

## “Boas contas públicas ajudam na concretização da dignidade”

O Juiz Conselheiro da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas (TdC) lembrou que as “boas contas públicas ajudam muito na concretização da dignidade dos seres humanos, se for essa a vontade dos governantes democráticos.” As declarações de Paulo Pereira Gouveia foram proferidas no 19.º Encontro Internacional de Juristas.

No Salão Nobre da Assembleia Legislativa da Madeira, o magistrado vincou que o “sistema financeiro português é estruturado por lei, de modo a garantir a aplicação dos meios financeiros necessários ao desenvolvimento económico e social. De acordo com a Constituição Portuguesa não há dignidade sem desenvolvimento económico e social”, sublinhou.

Paulo Pereira Gouveia referiu-se ainda à Lei de Enquadramento Orçamental portuguesa, de 2015, para justificar a obrigatoriedade do “equilíbrio das contas públicas ou excedente orçamental”.

## Associação “tudo fará” para impedir teleférico do Curral

A Associação Observatório das Paisagens e dos Panoramas do Arquipélago da Madeira emitiu ontem uma nota de imprensa na qual afirma a “mais pura e total oposição” ao projecto do Teleférico do Curral das Freiras, afirmando que “tudo” fará “para que o projecto seja cancelado. A bem da integridade e qualidade de vida da Madeira e dos madeirenses”. Em causa está a “impertinente e desapropriada interferência [do projecto] na qualidade paisagística global da Ilha da Madeira”.

Entende a associação que “a singularidade e monumentalidade da paisagem natural daquela parte da Ilha não tem preço, e muito menos pode estar à venda para inconfessáveis interesses comerciais privados suportados por dinheiro público da região e europeu”. Na nota pode ler-se críticas à postura do Governo Regional da Madeira.